



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA CENTRO DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

DESENVOLVER A CULTURA DA PAZ NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR
JOAQUIM ALVES DE GÓIS, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO/SE

EDILÚCIA DE JESUS SANTOS
EDLEIDE SOUZA DE JESUS SANTOS

São Miguel do Aleixo/ SE
Novembro de 2015

**EDILÚCIA DE JESUS SANTOS
EDLEIDE SOUZA DE JESUS SANTOS**

**DESENVOLVER A CULTURA DA PAZ NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR
JOAQUIN ALVES DE GÓIS, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO/SE**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado em
forma de Plano de Intervenção em cumprimento
a uma das exigências para obtenção do título de
especialista no Curso de Especialização em
Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege).**

Eixo temático: Ambiente escolar

**Professora Orientadora:
Dra. Alessandra Barbosa Bispo**

**São Miguel do Aleixo/ SE
Novembro de 2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Edilúcia de Jesus, 2015

Desenvolver a cultura da paz na Escola Municipal Professor Joaquin Alves de Góis, município de São Miguel do Aleixo – Se / Edilúcia de Jesus Santos, Edleide Souza de Jesus Santos. _ 2015. 40 f. 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Alessandra Barbosa Bispo.

Plano de Intervenção (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Ambiente escolar, 2015.

1. Escola. 2. Violência. 3. Cultura de paz. I. Alessandra Barbosa Bispo. II. Desenvolver a cultura da paz na Escola Municipal Professor Joaquin Alves de Góis, município de São Miguel do Aleixo – Se.

RESUMO

A Paz é um grande desafio e um imperativo para quem trabalha no campo da educação, principalmente para educadoras e educadores da Educação Básica, etapa da vida escolar em que crianças e adolescentes, como seres em desenvolvimento, necessitam de uma formação substancial nas várias dimensões da vida (afetiva, emocional, cognitiva, ética, social, cultural, dentre outras), bem como de todo o empenho profissional e generosidade humana por parte dos profissionais envolvidos diretamente no cotidiano escolar. A escola, hoje, se tornou um espaço revelador de conflitos violentos, seja entre alunos/as, seja entre alunos/as e professores/as ou entre alunos e outros sujeitos que compõem o cenário de inúmeras instituições escolares. Este projeto é resultado de uma intervenção na Escola Municipal Joaquim Alves de Góis, na cidade de São Miguel do Aleixo- SE, a partir da perspectiva de desenvolver uma cultura de paz, deixando de lado os atos violentos na escola e tem como objetivo: despertar a conscientização acerca do respeito mútuo como forma de promover o relacionamento saudável através da cultura de paz na escola. Na atualidade, a violência é um assunto que faz parte das nossas rodas de conversas no nosso dia a dia, em todas as esferas da nossa vida social, e principalmente, os assuntos éticos e de cultura de paz, é uma das variáveis fundamentais para entender o aumento da violência na sociedade brasileira. A perspectiva metodológica a ser adotada é a pesquisa ação, além de uma pesquisa bibliográfica visto que é indispensável dispor de fundamentação teórica para a construção de uma boa pesquisa. Os sujeitos da pesquisa serão os alunos do 8º ano, os professores, a equipe diretiva e um vigilante da escola. Como resultados esperados, a partir do viés da pesquisa ação, pretendemos mostrar o processo de construção de uma cultura de paz, na superação de os atos violentos na escola proponente.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, violência, cultura de paz

ABSTRACT

Peace is a great challenge and a must for anyone working in the field of education, particularly for educators of basic education, stage of school life in which children and adolescents, as developing beings, require substantial training in the various dimensions of life (affective, emotional, cognitive, ethical, social, cultural, among others), as well as any professional commitment and human generosity on the part of the professionals involved directly in school life. The school today has become a revealing space of violent conflicts, whether between students / as, whether between students / and teachers / or between the students and other subjects that make up the scene of numerous schools. This project is the result of an intervention at the Municipal School Joaquim Alves de Goes, in São Miguel do Aleixo/SE, from the perspective of developing a culture of peace, let alone violent at school and aims to: Raise awareness of mutual respect in order to promote the healthy relationship through the school culture of peace. Violence is currently a subject that is part of our wheels conversations in our day to day in all the beasts of our social life, and especially the ethical and culture of peace is one of the key variables to understand increasing violence in Brazilian society. The methodological approach to be adopted is action research. The subjects will be the 8th graders, teachers, the management team and a lookout. As expected results from the action research bias, we intend to show the process of building a culture of peace, leaving behind violent acts within the proposing school.

KEY-WORDS: School violence, culture of peace

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3. DIAGNÓSTICO.....	26
4.PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40
ANEXOS.....	42

INTRODUÇÃO

A escola não é um ambiente isento de conflitos, mas sim palco de um universo de diferenças aonde as pessoas precisam interagir. É justamente pela interação, em meio às diferenças, que surgem os conflitos.

A forma como a escola age em relação aos conflitos é que determinará o bom funcionamento da mesma.

“A Paz é geralmente definida como um estado de calma ou tranquilidade, uma ausência de perturbações e agitação. No plano pessoal, paz designa um estado de espírito isento de ira, desconfiança”. (UNESCO, 2010)

Portanto, a escola deve apropriar-se de todos os significados da palavra paz para dialogar com as diversidades existentes em seu cotidiano.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu cultura da paz, em 1999, como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social.

A paz é um fenômeno complexo que envolve a construção de uma estrutura e de relações sociais em que exista justiça, igualdade, respeito, liberdade, e pela ausência de todo o tipo de violência. Está relacionada ao desenvolvimento, aos direitos humanos, ao respeito, à diversidade e à cooperação de pessoas, grupos ou nações.

Dessa forma, para que se possa vislumbrar uma educação voltada para a paz é necessário que se aborde nas escolas questões relacionadas aos direitos e deveres dos cidadãos e aos valores que cada um deve carregar consigo.

A construção da Paz e da Cidadania no espaço escolar parte necessariamente pelo reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e deveres. Após mais uma década de conquista jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda escutamos resistências culturais e políticas de educadores, família e instituições públicas. O reconhecimento do outro como sujeito de direitos, é pois, um dos “nós” que os educadores lidam quando se propõem educar para a paz e a cidadania. Quando nos deparamos com o desconhecimento, a desinformação e o preconceito acerca do ECA, temos a certeza da ausência de concepções e relações de cidadania. Quando encontramos estes “nós” entre educadores estamos diante de um impasse ético e político, já que a educação para a cidadania

como direito social, prevista no Art. 205 da Constituição Federal, não é sempre bem entendida e praticada.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1998)

Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos de uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido parte integrante de qualquer sociedade, em seus mais variados contextos.

“Uma cultura de paz implica no esforço para modificar o pensamento e a ação das pessoas no sentido de promover a paz. Cultura de paz e ações socioeducativas são desafios para a escola contemporânea”. (UNESCO, 2010)

Sendo assim, pretende-se sensibilizar os discentes da escola Professor Joaquim Alves de Góis para o uso efetivo da paz e por meio desta buscar-se-á mediar conflitos assim como solucionar problemas falando de paz e de como promover a paz dentro da escola ao invés de falar somente sobre violência. Para isso, será feito uso de valores humanos e estes deverão ser colocados em prática para que se construa uma educação voltada para a paz aonde os alunos reconheçam até onde vai seu espaço e aprendam a respeitar o espaço do outro tanto na escola quanto na comunidade.

Compreende-se o plano de intervenção enquanto ferramenta, a serviço de uma natureza pedagógica, que se fundamenta em uma realidade sociocultural e que responde a necessidades sociais e educacionais.

Intervir em algo significa organizar ações, de modo a alcançar determinados objetivos buscando resolver problemas da realidade. Para isso, faz-se uso de uma pesquisa ação, que funciona como uma investigação.

A pesquisa ação é um tipo de pesquisa interpretativa que abarca um processo metodológico empírico que começa sempre por um reconhecimento de algo, pela análise de uma situação. Essa análise irá fornecer ao indivíduo uma ampla visão do contexto em que estão inseridas a situação que receberá a intervenção, as práticas que são desenvolvidas nela assim como participantes e envolvidos na situação.

A pesquisa ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo(Thiollent, 2005).

Ainda de acordo com o autor, o que qualifica uma pesquisa como sendo “pesquisa ação” é a presença efetiva de uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema proposto como alvo de intervenção. Nesse tipo de pesquisa, os pesquisadores desempenham um papel ativo na resolução dos problemas identificados, no acompanhamento e na avaliação das ações desenvolvidas para sua realização. Dois objetivos são atribuídos à pesquisa ação: a) objetivo prático: relacionado ao tipo de problema que a pesquisa pretende resolver ou contribuir para sua resolução e b) objetivo de conhecimento: obter informações, aumentar o conhecimento sobre determinado tipo de problemática.

Dessa forma uma intervenção em educação busca contribuir para o desenvolvimento do discente, o que significa que serão feitas mudanças para melhorar a aprendizagem e a autoestima assim como aumentar o interesse e a autonomia dos mesmos.

Sendo a escola um ambiente em que os educados estão em fase de desenvolvimento de competências sociais, como a capacidade de se impor e a capacidade de construir relacionamentos, a intervenção, que deve adequar-se à realidade escolar, se fundamenta na necessidade de prepará-los para serem beneficiários e também atores de direitos na sociedade.

É papel da escola, instrumentalizar os estudantes para que possam construir-se como sujeitos autônomos e ser reconhecidos como tais. Para tanto, a escola deve promover o desenvolvimento de competências sociais necessárias ao empoderamento individual e coletivo, inclusive a capacidade de solicitar apoio para si mesmo ou para os outros. (Perroud, 2002,p.19)

Dessa forma, a intervenção deve ocorrer em um local em que haja desenvolvimento de autoestima, solidariedade, autonomia, tolerância e responsabilidade. Essas competências são imprescindíveis para os alunos incorporarem uma atitude de respeito aos direitos infanto-juvenis.

A importância de que se desenvolvam projetos de intervenção no ambiente escolar se fundamenta, portanto, na necessidade de visar uma aquisição duradoura de saberes, valores e prática e de mostrar aos discentes que há uma ligação entre direitos e responsabilidade. Pois, dessa forma, além de formá-los de maneira consciente inserindo-os na sociedade estará mostrando que a responsabilidade por seus atos é tão importante quanto os direitos inerentes a cada cidadão.

O presente estudo tem como objetivo despertar a conscientização acerca do respeito mútuo como forma de promover o relacionamento saudável, o qual utiliza a cultura de paz como instrumento consensual e democrático. Já os objetivos específicos esclarecem o valor corporal mostrando os cuidados que cada indivíduo deve ter com o próprio corpo através de discussões, perguntas orais, exposições de cenas e palestras, além de explicar sobre a importância de preservar os bens públicos, já que eles nos pertencem e nos saciam. É incontestável a necessidade de buscar uma cultura de paz e isso que pode ser feito com a utilização do mecanismo, pois se fundamenta na possibilidade dos próprios indivíduos resolverem seus conflitos e na responsabilização pela decisão construída.

Os resultados obtidos com o referido projeto serão muito positivos, demonstrando que a ação dos conflitos é um paradigma que pode ser modificado e que iniciativas como esta são importantes meios de transformação e desenvolvimento social, promovendo inicialmente o avanço da comunidade local para posteriormente alcançar o amplo progresso social.

A escola como instituição social insere-se sempre num contexto concreto historicamente definido. Deste modo, a relação escola versus sociedade deve ser considerada, tanto na análise das suas práticas pedagógicas, quanto nos reflexos sobre o seu papel e as suas funções na sociedade.

Para Aranha (2004), a experiência escolar amplia e intensifica a socialização dos indivíduos. Os contatos com os outros e com outros objetos de conhecimentos possibilita outros modos de leitura do mundo. Toda essa experiência pode e deve ser positiva para o ser humano.

Porém, a escola é vista como uma instituição social de natureza contraditória, inserida numa sociedade desigual. A escola possui possibilidades de mudança tanto quanto de manutenção da sociedade onde ela se insere.

Sob essa ótica, Gadotti (1997) entende que a educação é um processo social no qual os cidadãos têm acesso aos conhecimentos produzidos e deles se apropriam de forma a se prepararem para o exercício de sua cidadania, representa um ato político que pode levar tanto a construção de um indivíduo participante, como à construção de indivíduos conformados a realidade apresentada.

Portanto, pode-se afirmar que o ambiente escolar colabora no processo de construção da identidade do sujeito, por ser um dos primeiros espaços sociais que frequentamos longe da presença familiar. O contato com a diversidade cultural e social fará com que cada um descubra a si mesmo como ser humano único e perceba também o outro. A escola demonstra seu papel ao contemplar na prática o que ela prega na teoria, buscando produzir futuros

cidadãos e não futuros excluídos em larga escala. Se a escola aceita atitudes discriminatórias ou excludentes, estará permitindo o desenvolvimento de cidadãos injustos, superficiais e individualistas. O adulto que estigmatiza, discrimina e exclui seu semelhante, provavelmente aprendeu quando criança a agir assim.

A existência da derrota e do sucesso, dos mais aptos e dos menos aptos e das diferentes culturas corporais envolvem aspectos morais, cognitivos, culturais e sociais que implicam necessariamente na busca de soluções. Deste modo, vislumbra-se uma sociedade mais justa, democrática e que respeite as diferenças, resultante de ações eticamente respaldadas em cada indivíduo transformado pela educação e seus agentes.

Nesse sentido, a escola, como colaboradora no processo de construção de identidade de cada um dos educandos, torna-se o espaço ideal para a efetiva prática de valores éticos, haja vista a necessidade de enfrentamento e busca de soluções para os conflitos gerados no contato como o outro.

Nesse sentido, o projeto de intervenção “Desenvolver a Cultura da Paz na Escola Municipal Professor Joaquim Alves de Góis, no município de São Miguel do Aleixo/SE” visa sensibilizar a comunidade escolar para a existência de estigmas e suas faces na escola e na sociedade, bem como entender e enfrentar os conflitos e suas facetas. Também busca despertar para o reconhecimento dos direitos de toda criança e adolescente de desfrutar de um ambiente escolar e social seguro e solidário, capaz de gerar cidadãs e cidadãos conscientes que respeitem a pessoa humana e as suas individualidades, especificidades e funções.

A proposta de pesquisa que tem como tema o desenvolvimento de uma Cultura da Paz na Escola Municipal Professor Joaquim Alves de Góis, surgiu da necessidade de mudar a realidade individualista por meio da construção de relações humanas e saudáveis na escola.

As relações humanas e saudáveis são necessárias em qualquer lugar e, sendo a escola o espaço ideal para construção de saberes, conhecimentos e valores. É fundamental que se busque imprimir nos educandos a necessidade de uma maior consciência e responsabilidade social despertando, nos mesmos o respeito pela diversidade e também o espírito de solidariedade.

A escola deve ensinar o aluno a se relacionar melhor em seu meio, de forma participativa, solidária e cooperativa. Essa perspectiva transdisciplinar é um novo desafio para a escola do século XXI, pois o aprender a conviver significa habilitar-se para o respeito nas relações humanas, para a cooperação, para o exercício de uma boa comunicação e para o gerenciamento positivo dos conflitos.

Segundo o Guia prático para educadores, aprender a conviver significa:

“Aprender a conviver significa também aprender a ter uma maior consciência e responsabilidade social, desenvolvendo empatia, apreciação pela diversidade, respeito pelos outros e espírito de solidariedade”. (Guia prático para educadores, 2014).

Portanto, para desenvolver uma cultura de paz no contexto escolar implica trabalhar com temas que ofereçam aos discentes uma educação de qualidade garantindo aos mesmos as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos que sejam capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

É comum ao se falar de violência associá-la inicialmente ao uso da força, à violência física. Porém a escola deve desvincular-se de tal conceito, visto que ele faz parte do senso comum e procurar intermediar conflitos com o intuito de evitar a ocorrência de qualquer tipo de violência, seja ela física, verbal ou emocional.

Segundo nos informa o “guia prático para educadores, diálogos e mediação de conflitos nas escolas”, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, todos na escola devem estar preparados para o enfrentamento da heterogeneidade, das diferenças e das tensões próprias da convivência escolar, que muitas vezes podem gerar dissenso, desarmonia e até desordem.

Dessa forma, a pesquisa desenvolvida na escola Professor Joaquim Alves de Góis contará com a participação de alunos, coordenação pedagógica, direção, auxiliares administrativos, professores e vigilante para identificar os possíveis motivos que levam a ocorrência de atos que violam a integridade física ou psíquica de crianças e adolescentes e também para conhecer as opiniões de pessoas envolvidas no cotidiano escolar sobre os fatos que necessitam serem mudados para que possa ser instalado na escola o desenvolvimento da cultura da paz e do respeito aos Direitos Humanos.

A abordagem da pesquisa será feita de forma quantitativa e qualitativa aonde serão desenvolvidas as seguintes técnicas de coleta de dados: observação da escola e aplicação de questionários.

Os questionários serão aplicados à coordenadora pedagógica, à diretora, a um (01) auxiliar administrativo, a um (01) vigilante, a dois (02) professores e a duas (02) turmas do 8º ano do ensino fundamental nos turnos matutino e vespertino.

Os métodos de procedimentos utilizados serão: descritivo, quando buscaremos descrever as informações prestadas nos questionários; documental, ao buscarmos auxílio nos documentos da escola como, por exemplo, o projeto pedagógico; comparativo, quando for necessário comparar documentos como o projeto pedagógico aos indicadores de qualidade na

educação da UNICEF ou a outros que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes; e, é claro, bibliográfico, visto que é indispensável dispor de fundamentação teórica para a construção de uma boa pesquisa.

Após a aplicação e análise dos questionários e a consequente verificação dos problemas, buscar-se-á abordar assuntos como: os direitos e deveres dos discentes segundo a visão do ECA para o desenvolvimento da cultura da paz, os cuidados e o respeito com o corpo assim como, o respeito pelo outro; e o desenvolvimento de uma visão de que zelar pelo patrimônio público é dever de todos. Este Plano de Intervenção contará com os seguintes capítulos:

No capítulo 1 – revisão de literatura, onde serão relatados os trabalhos que foram escritos sobre o processo de educação, o papel da escola, a relação com o saber e a aprendizagem para poder implantar mudanças na escola e assim, se instalar na mesma a cultura da paz.

No capítulo 2 – diagnóstico, caracterização da Escola e o levantamento dos dados por meio de questionários e observação da escola.

No capítulo 3 – plano de intervenção, aonde serão analisados os resultados obtidos no diagnóstico, e se traçará as metas e as estratégias de intervenção que visam implantar uma cultura de paz, mantendo e observando os bens que estão ao nosso redor.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A história dos direitos para crianças e adolescentes deu início ainda mesmo quando elas não tinham sua identidade, ou seja, não tinham a devida atenção e proteção pela qual atualmente a possui. Com o surgimento de novos fatos e acontecimentos a sociedade de um modo geral passou a olhar diferentemente para esses sujeitos que por serem mais frágeis deveriam ter uma maior atenção e proteção principalmente por parte das famílias. Assim surgiu primeiramente em 1927 o primeiro código de menores e após longas discussões e mudanças na legislação em 1990 foi criado o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) que trouxe uma maior proteção e seguridade para as crianças e adolescentes mesmo diante da família e da sociedade em que vivem.

A comunidade, a família e o Estado devem assegurar os direitos inerentes à criança e ao adolescente. A família é a principal responsável pela criação e educação da criança, sendo que o estado somente poderá intervir quando a família não tem suporte próprio para fazê-lo, introduzindo políticas públicas que beneficiem à sua formação. Sobre o estatuto destaca-se que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei modelar que, considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, coloca-os como prioridade absoluta, em uma repetição redundante, contundente, valendo-se de um pleonasmo necessário tendo em vista a realidade desastrosa e nefasta em que vivíamos sob a égide do código de Menores". (Candau, 2000, p.24).

Para Candu (2000), se desejamos a paz, devemos nos preparar para a paz, sendo a própria paz o caminho e cabendo a cada um de nós sermos a mudança que desejamos para o mundo. E um desses caminhos é a educação. Assim, definimos uma educação voltada para cidadania aquela em que o espaço escolar público seja capaz de formar, através de uma construção coletiva e participativa, sujeitos que conheçam seus direitos e deveres e que saibam reivindicá-los. Essa prática educacional pode ser denominada de cidadania ativa. Para que essa prática educativa seja efetivada é preciso, antes de tudo, também formar educadores numa pedagogia denominada de "pedagogia dos direitos e deveres". Um dos princípios dessa pedagogia é que os educadores permanentemente tragam para o ambiente escolar as causas e consequências dos fatos sociais da infância e juventude do município e por extensão do país e assim possam discuti-los e contextualizá-los numa perspectiva crítica em sala de aula com os

educandos o porquê da condição de subcidadania em que o educador e o educando da escola pública estão inseridos, construindo sociopolítico e culturalmente uma prática pedagógica voltada para a cidadania.

A educação é um dos meios pelo qual se desenvolve o conhecimento, os valores, os aspectos éticos, a dimensão crítica, onde se desenvolvem aprendizados constantes e gradativos. Pode ser também um meio por onde se divulga o conhecimento e se instiga capacidades de mudanças.

Através da educação, a humanidade pode caminhar e alcançar o progresso. Nesta perspectiva, ela não deve ser considerada apenas como um processo de desenvolvimento de escolaridade através do ensino formal, ela compreende também um conjunto de fatores de instruções formais, não formais, e informais, incluindo o aprendizado no cotidiano da vida em família, em comunidade e no entorno social das pessoas. Sendo assim, a educação não constitui a resposta para todos os problemas do mundo, mas através dela se podem criar novas relações entre as pessoas.

A escola e a educação têm como principal fundamento o repasse de valores e conhecimentos básicos para os seus alunos, determinante este que acontece do professor que é visto como mediador de conhecimento e que possui determinados tipos de poder sobre os alunos, que formam sua identidade através da significação desses vários recursos.

A escola é uma das mais importantes instituições da sociedade, pois a maioria dos indivíduos passa pelo menos um período de sua vida inserido nesse contexto. É uma das principais bases para a formação social do indivíduo, além da educação das disciplinas e seus conteúdos, é através dela que também são repassados os valores sociais, morais e éticos.

A instituição escolar funciona de forma organizada, seus atores são alunos, professores, equipe pedagógica, funcionários administrativos e de apoio, essas pessoas tem horários a serem cumpridos, metas a alcançarem, um sistema de avaliação e uma ordem estrutural hierárquica, mas todos inseridos dentro do mesmo contexto. Setton (1999) citando Durkheim explica que a escola é definida como espaço público, a serviço de toda a sociedade, ela garantiria a comunhão de ideias e o fortalecimento do espírito coletivo e comunitário.

Segundo Lima (2002), a experiência escolar se insere em um processo contínuo de desenvolvimento do sujeito, iniciado antes de sua entrada na instituição, tornando-se, a escola, cada vez mais, uma das possibilidades de desenvolvimento para o ser humano. Conforme afirma a autora, “a escola não é um espaço independente de socialização e aprendizagem, mas um espaço que vem se somar aos outros nos quais o ser humano transita” (LIMA, 2002, p.4), para onde a experiência acumulada do sujeito é levada e irá influenciar a sua inserção no

contexto. Ressalta-se, assim, a co-construção do processo de escolarização: o indivíduo constrói a sua relação com a escola com base nas suas experiências, ao passo que a escola constrói a sua relação com o indivíduo com base nas elaborações sociais das experiências culturais.

Enquanto as aprendizagens na vida cotidiana trazem inerentes a si mesmas seus significados, uma vez que decorrem das práticas sociais e culturais, das condições de vida e da organização de cada coletivo humano, as aprendizagens na escola encontram seu significado na história das ideias e no complexo processo de desenvolvimento da consciência humana. (Lima, 2002, p.5)

Desta forma, a importância do conhecimento se guia pelos elos estabelecidos entre os processos de construção dos conceitos e o processo global do desenvolvimento, devendo-se considerar o eixo epistemológico da escolarização como “resultante da articulação entre desenvolvimento, aprendizagem, socialização e formação da personalidade” (Lima, 2002, p.7).

Silva (2004) aborda o espaço educacional e os vínculos estabelecidos entre a Educação, a escola e os professores, ressaltando a amplitude da ação educativa, que não se limita aos conhecimentos, informais ou científicos, mas envolvem inúmeros outros aspectos ligados às construções afetivas, relacionais e criativas.

Entender que a escola não é nem a fonte essencial das desigualdades sociais, nem reflete passivamente a ideologia dominante (...) é defender que há, na instituição escolar, intencionalidades, finalidades, utilidades que lhe permitem reinterpretar e resignificar a ideologia ao difundi-la ou transmiti-la. (Silva, 2004, p.21).

Esse encontro representa o momento da construção e ressignificação cultural, que pode aproximar-se ou afastar-se dos preceitos de paz e valores sociais, a depender das construções já existentes e das condições ambientais promotoras de sua transformação.

Baseando-se no conceito de que a escola desempenha o papel de formadora de cidadãos, então, se entende que ela é um lugar de educação. Assim, educação é uma estratégia para repassar informações e valores aos alunos. Setton (1999) aponta que, para Durkheim, constitui-se na prática de formar e cultivar espíritos e o caráter dos indivíduos. Ela tem a função e a responsabilidade de proporcionar aos sujeitos a sua humanização, a realização da sua verdadeira natureza. É um projeto exterior, construído por toda a sociedade, mas que visa à modelagem interior dos agentes. Ela ainda explica que “o objetivo da prática educacional é,

pois, transmitir um conteúdo moral – normas e valores – a fim de garantir a convivência social harmônica”.

Quanto à educação, o Princípio 7º da Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959) deixa claro:

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. (ONU, 1959).

À escola, enquanto instituição formativa compete à tarefa da promoção da paz, de sua vivência e difusão através de metodologias específicas, bem como através de ações efetivas que representem as práticas preconizadas no Princípio 7º da Declaração supracitada. O artigo 4º da Declaração sobre uma Cultura de Paz reafirma a posição educacional, considerando-a como um dos meios fundamentais para a edificação da cultura de paz, particularmente na esfera dos direitos humanos.

A cultura da paz está pautada em valores humanos que precisam ser colocados em prática, a fim de passarem do estado de intenção para o exercício da ação, transformando-se, concretamente, em atos. Tais valores, que se traduzem em éticos, morais e estéticos, nos encaminham para o despertar de expressões de amor e manifestações de respeito, que têm estado adormecidas, nos últimos tempos.

Uma proposta que vem se desenvolvendo em vários países do mundo e está em sintonia com as propostas da UNESCO para a cultura da paz é a mediação de conflitos desenvolvida nas escolas. Além de ensinar como bem administrar os conflitos surgidos entre os membros da instituição, a mediação estimula a paz e possibilita que o seu conhecimento seja levado para além dos muros escolares, sendo praticado na comunidade em que vivem os alunos, professores e funcionários.

A violência, tão presente no meio escolar na atualidade, acaba destruindo os vínculos existentes entre as pessoas, tornando-as cada vez mais individualistas e indiferentes à existência do próximo. A mediação praticada nas escolas possibilita a todos os seus atores uma educação em valores. Ela desenvolve entre as partes a tolerância, o respeito às diferenças, a solidariedade, colaborando ainda para o surgimento da igualdade, da justiça, do desenvolvimento humano e contribui para a construção de uma democracia mais participativa.

A mediação também possibilita a educação para a paz. A violência geralmente ocorre quando não existem meios para canalizar a agressividade que resulta em conflito mal administrado.

Sobre esse ponto, interessante a colocação de Marcelo Rezende Guimarães (2004, p.3) quando diz que a violência, tanto na educação como no conjunto da sociedade, constitui-se como uma forma de expressão dos que não têm acesso à palavra: Quando a palavra não é possível:

a violência se afirma e a condição humana é negada. Neste sentido, a reversão e a alternativa à violência passam pelo resgate e devolução do direito à palavra, pela oportunidade de expressão das necessidades e reivindicações dos sujeitos, pela criação de espaços coletivos de discussão, pela sadia busca do dissenso e da diferença, enfim, pela mudança das relações educacionais, ainda estruturadas no mandar e obedecer, para uma forma mais democrática e dialógica (GUIMARÃES, 2004, P.3).

Segundo Freire (2006, p.388), “a paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social”, portanto conhecer a comunidade na qual, enquanto educadores interagimos nos auxilia, e muito, no sentido da percepção das reais condições e dos possíveis porquês de determinados conflitos, buscando conscientizar os envolvidos nestes e levá-los a perceber que é através do diálogo, da colaboração mútua, da tolerância e da solidariedade, valores intrínsecos a todos os seres humanos, que realmente encontraremos e construiremos uma Cultura de Paz.

Partindo de um enfoque pedagógico baseado em uma cultura da paz, devem-se priorizar as relações de respeito mútuo, afeto e o diálogo na mediação de conflitos, deixando de lado o padrão da competitividade e da individualidade tão forte e presente em nossos dias.

A escola por sua especificidade tem o dever de desenvolver práticas de reflexão e de conscientização a partir de situações e atitudes reais do dia a dia, que levem as crianças e adolescentes e a comunidade em geral a observar que a violência deve deixar de existir, interferindo nestas e resgatando a paz enquanto valor em todas as dimensões da vida humana.

No cotidiano de uma instituição escolar sua clientela passa por diversas situações de conflito, visto que uma diversidade de contextos sócio-histórico-culturais encontra-se em seu interior.

São diferentes histórias de vidas reais que passam a conviver e cabe aos profissionais que na escola atuam fazer a mediação de conflitos e a retomada de valores muitas vezes esquecidos.

Ressalta-se que a violência é um fenômeno histórico-social construído em sociedade, enfatiza-se a necessidade, hoje mais do que nunca de se desenvolver um trabalho de ação-reflexão-ação ativa desde muito cedo nas escolas, pois são as crianças que representam o nosso futuro e somente investindo na formação destas que construiremos uma sociedade mais justa para todos.

O contexto escolar, enquanto espaço de manifestação e vivência da realidade subjetiva do sujeito, a despeito do reconhecimento e da relevância dos demais campos nos quais esse se insere, apresenta-se como locus privilegiado de observação e intervenção frente a esta realidade. Espaço de formação e aprendizagem, a instituição educativa envolve uma ação para além do aspecto cognitivo ou da prática curricular, constituindo um campo de interações sociais, crescimento integral e construção cultural.

A cultura, segundo Cole (2002), atua como mediadora no desenvolvimento humano, contribuindo fundamentalmente na constituição do sujeito. Para este autor, a cultura surge sob a forma de sistemas semióticos e conceituais, práticas e instituições sociais, promovendo determinadas formas de comportamento.

Segundo Valsiner (2001), a cultura é uma qualidade da relação em curso entre pessoas e ambientes, não correspondendo a uma ‘entidade’, mas a uma construção de estruturas conceituais por atividades de pessoas, incluindo-se símbolos, significados e maneiras de ação. Considerando as dimensões cognitiva e afetiva nas relações estabelecidas entre o indivíduo e o meio, o autor faz referência aos ‘modelos de ação’ externalizados no ambiente e promovido pelas diversas instituições sociais.

Trazendo as contribuições do construtivismo histórico cultural, Piaget (1996) afirma que o ambiente não pode ser considerado como uma condição que, objetivamente, determina o desenvolvimento da criança, mas deve ser estudado do ponto de vista do relacionamento que existe entre esta e seu meio específico, em determinado estágio do seu desenvolvimento. A dimensão sociocultural do desenvolvimento humano envolve a cultura enquanto ‘palco de negociações’, caracterizando um processo dinâmico de interação entre o mundo cultural e o mundo subjetivo individual. Segundo o autor, o homem é um ser histórico-social que, sem os processos de interação com a sociocultural, não poderá desenvolver as características que tem sido construída ao longo da evolução da humanidade. A demanda da cultura, sob a perspectiva sócia construtivista, é concebida não como um processo de absorção passiva, mas como um processo histórico e mútuo.

Valsiner (1994), ampliando tal perspectiva na direção de incluir o papel do sujeito ativo e construtivo, assegura que o desenvolvimento psicológico é social, relacionado às –

mas não determinado pelas – interações sociais que o indivíduo estabelece ao longo do seu desenvolvimento. Em ambos os aspectos biológico e social, o desenvolvimento consiste na transformação de uma organização, em um processo através do qual novas formas de organização surgem das que as precederam no tempo. Dessa forma, as influências ambientais e as condições internas do organismo participam do processo de desenvolvimento, possibilitando-o ou dificultando-o, a depender das interações específicas de tais condições em cada momento.

Os participantes do processo de transmissão cultural transformam ativamente as mensagens culturais, organizando e reorganizando as informações que perpassam uma experiência social, caracterizando um modelo de transmissão bidirecional da cultura. O processo de internalização/externalização representa um processo ativo de alternância entre as culturas pessoal – singular e original do indivíduo – e coletiva – indicativa de uma rede de significados historicamente construídos e coletivamente partilhados pelo grupo social (Martins & Branco, 2001).

A participação na escola, dessa forma, possibilita à criança o contato com um mundo de relações interpessoais, inseridas em uma rede de significados, crenças e valores culturalmente estabelecidos e socialmente compartilhados (Valsiner, 1994). Como processo bidirecional, o aluno oferece, igualmente, à escola, um mundo subjetivo que vem a enriquecer lhe a ‘cultura escolar’ e, conseqüentemente, as interações que lá se estabelecem.

A instituição escolar assume a dimensão mediadora das ações oriundas do processo educativo em função das complexas e multideterminadas influências ideológicas, históricas, econômicas, políticas e sociais, constituindo um local privilegiado de contradições e antagonismos, bem como de articulação dos interesses sociais mais justos, democráticos e solidários (Araújo, 2003). De acordo com a afirmação da autora:

a contribuição da escola à redução das desigualdades sociais não se efetivará sem o enfrentamento crítico e corajoso dos inúmeros impedimentos que se colocam à construção da cidadania e que comparecem tanto no interior dos muros da escola (pelo currículo – formal, real, oculto), quanto fora dela, por meio de políticas públicas que atestam o descaso com necessidades, desejos e demandas concretas oriundas no contexto escolar. (Araújo, 2003, p.23)

Segundo Branco (2003) é importante se estabelecer uma reconhecimento recíproca entre os indivíduos acerca da aceitação das diferenças étnicas e culturais enraizadas “que vão realçar as possibilidades de respeito mútuo e da co-construção de uma sociedade mais rica em

termos de alternativas criativas para resolver os difíceis problemas que surgem, e acima de tudo, aumentar as possibilidades de um mundo pacífico” (Branco, 2003, p.252).

Milani (2004) identifica e analisa práticas exitosas desenvolvidas por organizações educacionais brasileiras, cujo trabalho focalizou a prevenção da violência interpessoal e/ou a promoção da cultura de paz aos adolescentes. Nessa pesquisa, o autor pôde constatar diferentes modelos de prevenção e priorização de estratégias de ação, destacando a necessidade de uma intencionalidade educativa consciente através do engajamento cultura da paz e psicologia escolar no contexto da instituição educativa efetivo dos atores sociais. Segundo o autor, os processos dialógicos e interacionais, bem como os conteúdos programáticos das experiências estudadas, oportunizaram a reflexão e o exercício de valores, como o respeito às diferenças e o serviço à coletividade, por meio do fortalecimento da identidade pessoal e cultural.

Tais contribuições somam-se às considerações de Meira (2000), quando afirma que: “A Educação, enquanto um processo ao mesmo tempo social e individual, genérico e singular, é uma das condições fundamentais para que o homem se constitua de fato como ser humano humanizado e humanizador” (Meira, 2000, p.60).

Freire (1996), abordando acerca do papel da instituição escolar no mundo presente, afirma que:

o mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não só o de quem constata o que ocorre, mas também os de quem intervêm como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (Freire, 1996, p. 76-77).

Dessa forma, assumindo-se como agente de transformação social e como palco privilegiado de negociações culturais e de desenvolvimento humano, a instituição escolar ocupa posição de relevo para a vivência, promoção e difusão da Cultura de Paz.

Para Milani (2003), o primeiro passo de qualquer educador ou unidade escolar que deseje atuar de forma eficaz e consistente na promoção da Cultura de Paz, é identificar as premissas que fundamentam o seu modelo mental a respeito dessa temática. Visto que, na maioria das vezes, o indivíduo não está consciente das premissas sobre as quais seu próprio raciocínio e comportamentos são construídos, faz-se imprescindível questionar os

pressupostos que, explícita ou implicitamente, servem de fundamento a algumas das posturas e propostas de ação.

Reconhecendo a importância de se construir uma Cultura de Paz, (Milani,2003, pág. 31) afirma que “para que relações de paz, respeito e cooperação prevaleçam numa escola ou comunidade não bastam boas intenções e belos discursos”, mas transformações indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais. O autor alerta quanto ao discurso da paz que permeia o senso comum, que tende a assumir o caráter abstrato de um ideal que todos desejam, mas que raros se dispõem a construir: “Quando isso acontece, a proposta corre o risco de tornar-se uma mera expressão de boas intenções, ingênua em sua consistência e reduzida, em sua abrangência, à ação do indivíduo nas suas relações interpessoais”. (Milani, 2003, p.39)

Com vistas à construção da Cultura de Paz no contexto educativo, Milani (2003) destaca a necessidade de se analisar os discursos escolares e a forma como seus atores compreendem e enfrentam o fenômeno da violência. O autor apresenta três abordagens que, implícita ou explicitamente, estão presentes nos discursos dos diversos atores sociais – a da repressão, a estrutural e a da cultura de paz - abordagens estas que servem de base às explicações que professores e diretores dão ao fenômeno da violência intra-escolar e, conseqüentemente, às estratégias adotadas pelas instituições de ensino. A repressão, adotada como solução para o problema da violência, constitui medidas de força, como o policiamento, o endurecimento das regras, a expulsão de alunos com comportamentos indesejáveis, dentre outras ações que tendem a desconsiderar as especificidades de cada aluno, da escola ou da situação, oferecendo uma aparente resolução de problemas.

A segunda abordagem enfoca a estrutura socioeconômica como causa da violência, assumindo-se uma posição de acomodação, impotente e determinista frente a uma realidade ‘inevitável’. O autor destaca que alguns professores e atores escolares se apegam a tais crenças de modo a não reconhecer as diversas possibilidades à sua disposição e as inúmeras experiências exitosas de escolas que, a despeito das dificuldades e limitações, cumprem sua missão, formando crianças e adolescentes cidadãos.

O terceiro e último paradigma constitui a cultura de paz, que “propõe mudanças inspiradas em valores como justiça, diversidade, respeito e solidariedade, por parte de indivíduos, grupos, instituições e governos” (Milani, 2003, p.38). Esse modelo enfatiza a viabilidade de se reduzir os níveis de violência através de intervenções fundamentadas na educação, saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida.

Desta forma, enquanto o primeiro enfoque tende a interpretar a violência como uma expressão exclusiva de pessoas incapacitadas para o convívio social; e o segundo tende a considerar o indivíduo violento como vítima da sociedade; o terceiro, correspondente ao modelo da Cultura de Paz, analisa a violência como “um fenômeno multidimensional e multicausal, que se manifesta por expressões individuais, grupais e/ou institucionais, e cujo enfrentamento exigirá mudanças – culturais, sociais, econômicas, morais – de parte de todos” (Milani, 2003, p.39).

A abordagem da Cultura de Paz, por sua vez, ressalta algumas estratégias que tendem a viabilizar a sua prática na instituição escolar, conforme apresentadas por Milani (2003):

Uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade Cultura da paz e psicologia escolar no contexto da instituição educativa escolar; implementação de programas de capacitação continuada de professores; aproveitamento das oportunidades educativas para o aprendizado do respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos; abandono do modelo vigente de competição e individualismo por outro, fundamentado na cooperação e trabalho conjunto... (Milani, 2003,p.39).

Destacando a Cultura de Paz como cultura promotora da diversidade pacífica Boulding (*apud* Milani, 2003), complementa e questiona:

As melhores vacinas para a violência dentro da escola são uma boa relação educador-educando, baseada em afeto, diálogo e respeito mútuo, normas de convívio resultantes de discussão e consenso entre todos integrantes da comunidade escolar, justiça e imparcialidade por parte da direção no trato com alunos e professores, participação máxima dos pais, envolvimento com a comunidade, e um ambiente de valorização, alegria e flexibilidade. Isso demora mais e dá mais trabalho de que as medidas repressivas, mas só assim a escola cumprirá a sua missão. Se desistirmos dela, o que nos restará? (Boulding*apud* Milani, 2003,p.51)

Para Milani (2003) ainda existe, alguns programas que se tendem a promover a Cultura de Paz, como o fortalecimento da identidade pessoal e cultural; a promoção do autoconhecimento e autoestima; o desenvolvimento da comunicação interpessoal; a educação para o exercício da cidadania; a vivência e reflexão a respeito de valores éticos universais; o reconhecimento da alteridade e respeito à diversidade; a sensibilização em questões de gênero; a sensibilização em questões étnicas; o aprendizado da prevenção e resolução pacífica de conflitos; a promoção do protagonismo juvenil; a mobilização e participação comunitária em prol do bem-estar coletivo e com métodos não violentos; e a educação ambiental.

O trabalho em prol da promoção de uma Cultura de Paz implica desta forma, um processo de transformação individual e social, exigindo ações em níveis micro e macro (Milani, 2003). O nível micro refere-se às transformações intra e inter-relacionais, envolvendo valores, atitudes, estilos de vida e ações pacíficas cotidianamente evidenciadas em diferentes contextos. A atuação em nível macro implica repensar os processos sociais, definir estratégias de mudança coletiva e criar políticas públicas, estruturas institucionais e programas educativos condizentes com os valores da paz, nível que exige a qualificação e a capacidade de articular e integrar esforços dos mais diversos atores sociais.

Assim sendo, aponta-se, como importante estratégia na elaboração de medidas conscientes e eficazes no processo de construção de uma Cultura de Paz, a capacitação por competências, concebendo-se competência como a capacidade de agir de forma reflexiva e eficaz em um determinado tipo de situação, apoiada em um conjunto articulado e dinâmico de conhecimentos, saberes, habilidades, esquemas mentais, atitudes e posturas (Perrenoud, 2002). Visto que, no contexto escolar, a atuação do psicólogo escolar envolve intervenções voltadas ao desenvolvimento de competências individuais e coletivas, a capacitação para a prática dos diferentes atores de forma reflexiva, intencional e planejada, articulada aos conhecimentos, habilidades e saberes, tende a promover a construção da competência nas inúmeras zonas indeterminadas da prática (Perrenoud, 2002) que clamam por ações pontuais, promotoras de soluções pacíficas.

No que tange à construção da Cultura de Paz, as habilidades interpessoais, pessoais e éticas destacam-se frente às necessárias articulações demandadas nos contextos sociais. As habilidades interpessoais, conforme apresentadas por Araújo (2003), envolvem características de relacionamento social desdobradas em ações coletivas e na construção de espaços férteis de interlocução através da disponibilidade de colaboração e socialização de saberes e respeito aos diferentes pontos de vista. As habilidades pessoais representam recursos individuais, envolvendo a disponibilidade para rever a sua própria atuação, o empenho continuado para aperfeiçoamento e o desenvolvimento de estilos e atitudes que permitam vencer desafios de forma planejada e intencional. As habilidades éticas, por sua vez, abrangem a capacidade de identificar as várias verdades existentes da intersubjetividade das relações, o desenvolvimento da sensibilidade para considerar a singularidade das situações e a disponibilidade para o questionamento e a interrogação reflexivos, críticos e constantes sobre suas próprias decisões, ações e atitudes, “exercitando a ética da tolerância e da solidariedade” (Araújo, 2003, p. 104).

Tais habilidades constituem importantes ferramentas a serem ampliadas e desenvolvidas continuamente, favorecendo a construção de relações intra e interpessoais significativamente pacíficas e capazes de articulações promotoras de transformações culturais.

A escola enquanto instituição consciente e crítica do seu dever na construção de uma educação de equidade, deve constantemente estar se avaliando e resignificando seus projetos, voltados sempre a atender as necessidades de sua comunidade escolar e agir intencionalmente, sem omissão diante de fatos relevantes de violência que ocorrem na mesma.

Casos de famílias desestruturadas, onde a criança passa por situações de violência ou maus tratos, via de regra, tem consequências em diversos âmbitos da sua vida. Uma delas é em relação ao processo de ensino aprendizagem, onde muitas vezes passa a encontrar dificuldades.

Cabe, portanto à escola enquanto mediadora e orientadora intervir muitas vezes nessas famílias e orientá-las para a busca da superação destes conflitos, pois: “O fenômeno da violência transcende a mera conduta individual e se converte em um processo interpessoal por afetar pelo menos dois protagonistas: aquele que a exerce e aquele que a sofre (...) quem a contempla sem poder ou sem querer evitá-la” (Fernández, 2005, p. 25).

Percebe-se que são cada vez mais difíceis os relacionamentos, o respeito e o convívio, onde a agressividade e a violência acabam sendo normais, com pais e filhos que mutuamente não se respeitam e valores como solidariedade, paz e amizade não são mais transmitidas no contexto familiar, instaurando a lei daquele que é mais forte.

3 DIAGNÓSTICO

A Escola Municipal Professor Joaquim Alves de Góis, localizada na Avenida 26 de novembro, Centro, São Miguel do Aleixo/SE (sem número), foi inaugurada em janeiro de 2015 apresentando assim boa estrutura.

É contemplada com 06 (seis) salas de aula e um amplo espaço para recreação, além de 01 (uma) sala de leitura, 01 (uma) sala de informática (ainda sem computadores), sala de professores e diretoria. Oferta o ensino fundamental maior (6º a 8º ano) nos turnos matutinos e vespertinos. Contém quadro completo de 10 (dez) professores e 215 (duzentos e quinze) alunos. A merenda escolar é oferecida em todos os turnos de funcionamento da escola (matutino e vespertino). É servido: biscoitos, cachorro quente com suco, frutas, arroz com almôndegas ou frango, iogurte, macaxeira com charque, etc.

A relação professor/aluno x comunidade é de parcerias solidárias que enfrentam desafios e problematizações do mundo contemporâneo e se apropriam da colaboração, da cooperação e da criatividade para tornar a aprendizagem colaborativa, significativa, crítica e transformadora.

A prática de ensino na escola de ensino fundamental deve-se constituir num espaço de produção de conhecimento sobre a prática pedagógica desenvolvida no cotidiano da escola, através de um processo criador e inovador, de análise e de reflexão, aproximando todos envolvidos na escola. Entendendo que esta é uma experiência peculiar, porém não desvinculada de um contexto social, político, cultural e pedagógico mais amplo.

A equipe da Escola Municipal Professor Joaquim Alves de Góis tem consciência que diante de todas as dificuldades enfrentadas como a violência corporal, verbal, o bullying, ameaças, o uso de drogas e álcool, depredações dos bens públicos e pichações conforme foi diagnosticado na aplicação dos questionários, à direção, aos funcionários, aos professores e aos alunos do 8º ano da referida escola, que é de suma importância o fortalecimento e a parceria com a família e a comunidade local (figuras 1 e 2). Com isso o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pode ser inicialmente entendido como um processo de mudanças e de antecipação do futuro, que estabelece diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades pela escola como em toda a comunidade.

Figura 1: Alunos

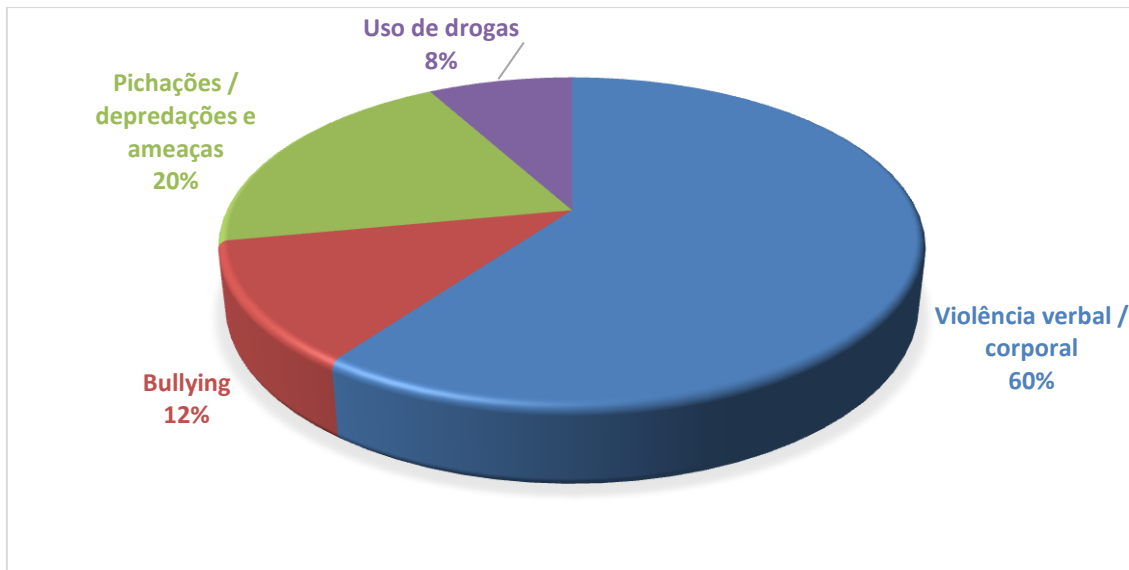
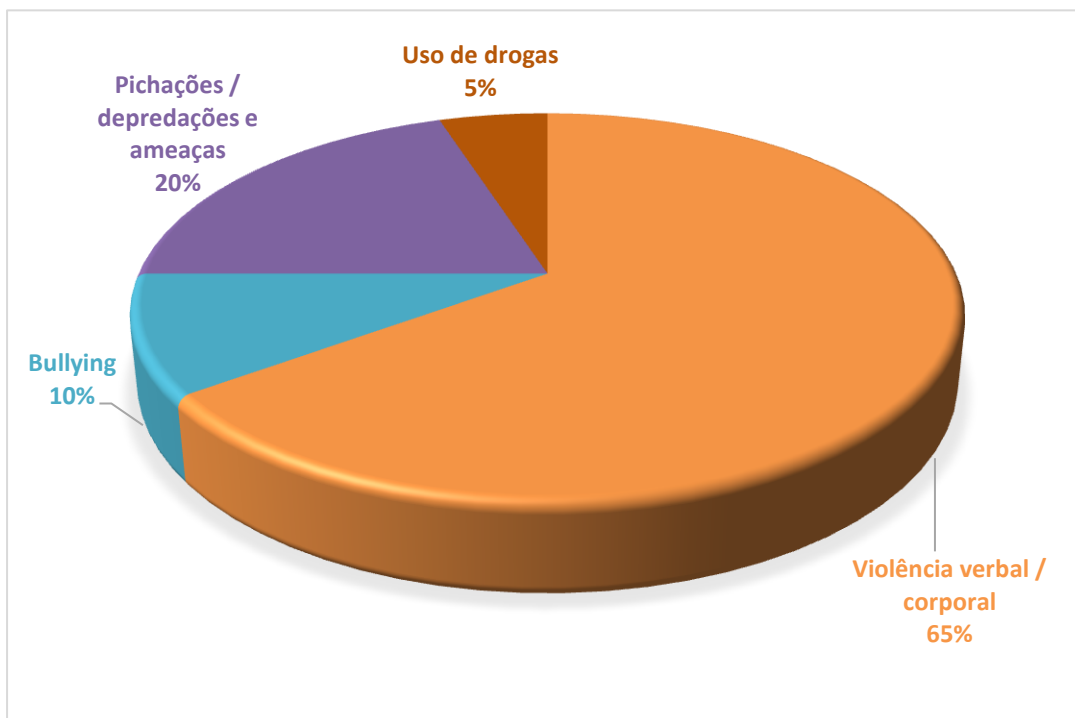


Figura 2: Professores e demais funcionários



Os resultados da pesquisa evidenciam que a escola não deve ser apenas reprodutora de conteúdos disciplinares, mas também pode ser um locus de conflitos e resistências através da difusão de valores que contribuem para uma cultura de paz. Trabalhar a cultura da paz nas escolas não implica que os conflitos deixarão de existir porque eles fazem parte das relações humanas, mas podemos resolvê-los de forma não violenta por de mediações.

O projeto político pedagógico da referida escola se fez necessário para que houvesse uma interação da comunidade escolar como um todo, visando assim facilitar o processo da

construção coletiva no ensino-aprendizagem, uma vez que este procura sanar as dificuldades encontradas na escola onde estão centrados principalmente no educador e educando. Buscando criar um termo de responsabilidade por partes iguais, ou seja, sociedade e escola. Sendo assim, seu principal objetivo é a busca pela melhoria da prática pedagógica e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

A construção e implementação do PPP é de suma importância e deve ser dada total ênfase, pelo fato de este ser um instrumento que pode mudar a realidade escolar, ser um guia de relevância pedagógica, social e política e indispensável à melhoria da qualidade de ensino. O PPP democratiza e descentraliza decisões organizacionais, pedagógicas e financeiras. Sua importância é abordada em razão da distância entre as políticas e diretrizes e a realidade educacional; ele deve ser construído com base nas necessidades e especificidades da escola. Assim, justifica-se a importância e relevância de se investigar como ocorre sua construção e implementação em uma escola de educação básica.

A escola investigada apresenta um PPP datado de janeiro de 2014 e reaproveitado de outra instituição escolar municipal, caracterizando-o como um instrumento indispensável à melhoria da qualidade de ensino norteando as ações educativas da escola.

De acordo com o projeto político pedagógico da Escola Municipal Joaquim Alves de Góis (2014), não existe na escola o trabalho com projetos interdisciplinares. Durante o ano de 2015, funcionou como ensaios de realização de projetos, uma passeata sobre o uso consciente da água, referente ao sábado letivo, como forma de conscientizar a comunidade sobre a importância de se preservar a água. E no dia do estudante realizou-se atividades lúdicas com palestras cujo tema foi 'Estudantes conscientes de seus direitos e deveres' explanados de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente, além de apresentações de dança, dramatizações sobre violência na escola e a escolinha do professor Raimundo, desenvolvidas pelos discentes.

A direção e os professores da escola não demonstraram ter tanto conhecimento no que diz respeito ao PPP, visto que percebemos desinformações sobre o mesmo ao responder os questionários. Segundo a direção, por meio do questionário, o projeto político pedagógico da escola prevê programas, projetos ou atividades que visem à redução de violência, à solução alternativa de conflitos e à cultura da paz, porém durante a nossa observação, o PPP não condiz com essa realidade, no entanto, são desenvolvidas atividades organizadas pelos professores e alunos com o apoio da direção sobre esses temas.

Quanto a este ser considerado um instrumento indispensável à melhoria da qualidade de ensino, ainda se percebem diversos impasses para que efetivamente isso aconteça, uma vez

que as escolas ainda não compreenderam que é o PPP o seu documento maior e que este precisa ser constantemente avaliado e reavaliado por todos os envolvidos no ato educativo. Faz-se necessária, também, uma equipe de professores estáveis na escola, comprometida com a função social e pública da instituição.

O PPP ultrapassa o mero agrupamento de planos de ensino, planejamento anual e atividades diversas. Não é algo que foi construído para simplesmente atender à resolução e ser arquivado como prova de cumprimento de uma exigência burocrática.

É fundamental a participação de toda a comunidade e seus representantes legais, locais e municipais, pois somente assim os pais se sentirão comprometidos com a escola e com a educação de seus filhos, e os educadores, com a prática de ensino-aprendizagem e com a escola em um todo.

O currículo é para a escola um artefato social e cultural que implica relação de poder, transmite visões sociais e particulares aos interessados, produz identidades individuais e sociais a partir da seleção de determinados conceitos. Está sendo construído em um processo dinâmico aliado às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Proposta Curricular do Estado de Sergipe (SEED).

Segundo Veiga (1998, p.77), o Projeto Político Pedagógico ultrapassa a mera elaboração de planos, que se presta a cumprir exigências burocráticas. Ele busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio - político e com interesses reais e coletivos da população majoritária.

A construção do PPP da Escola Municipal Professor Joaquim Alves teve como base teórica a Tendência Libertadora de Paulo Freire. A concepção Libertadora, sistematizada por Paulo Freire, a sua prática com educação popular, apoia-se em visão dialética do ato de ensinar e aprender. Segundo essa concepção, educador e educando aprendem juntos em uma relação dinâmica, na qual a prática orientada pela teoria reorienta essa teoria, em um processo de constante aperfeiçoamento.

Segundo os gestores e professores dessa instituição de ensino, o conceito de violência está diretamente ligado a questões sociais, apresentando um conceito semelhante ao conceito apresentado por Bonafé-Schimit (1997 *apud* Debarbieux; Blaya, 2002a, p.61), onde os autores consideram esta ser uma visão ampla da violência, onde se agrupam como violências as agressões físicas e verbais, bullying, ameaças, pichações, depredações e humilhação.

“A origem das violências manifestadas na escola é a sociedade”. (Diretora da Escola); “A origem das violências praticadas na escola é sociedade e a família”. (Professores da Escola)

Nota-se também que entre os gestores há um consenso que a violência na escola está relacionada aos valores cultivados na comunidade, comungando com as considerações apresentadas por Michaud (2001, p.13). Segundo o autor, a violência é definida em função de valores que constituem um grupo de referência e, nesta concepção, a ideia de violência cristaliza a heterogeneidade e a divergência de convicções e valores dos grupos. E ainda por Chrispino (2002, p. 11), segundo os autores, a escola é o espaço que a sociedade acredita ser o ideal para reproduzir os valores tidos como importantes para sua manutenção. Ocorre que a própria família, em crise e em transformação, passou a delegar à escola funções educativas que historicamente eram de sua própria responsabilidade, o que acarretou uma mudança no perfil de comportamento do aluno.

Os representantes do serviço administrativo e o vigia apontam para a presença de violência nas salas de aula e no ambiente escolar, com toda a sua diversidade, indo desde o bullying até as agressões físicas propriamente ditas. Os relatos dos pedagogos aproximam-se as considerações apresentadas por Debarbieux; Blaya (2002a, p. 61), sobre a presença nas escolas de incivildades e intimidação (bullying), fato também apresentado por Abramovay (2002) nas pesquisas realizadas em algumas cidades do Brasil.

“Na escola já foram detectadas vários tipos de violência, tais como: violência verbal e corporal, bullying, depredações móveis e equipamentos escolares” (Assistente Administrativo e vigia).

Para os alunos, a violência é ainda mais grave e dever ser repensada com mais atenção tanto por parte do corpo administrativo da escola quanto para os defensores dos direitos da criança e do adolescente.

“Na Escola podemos observar vários tipos de violência, tais como: violência corporal e verbal tanto para com os alunos quanto para os funcionários, bullying, uso de drogas, prostituição, depredações, pichações, quebra de móveis, equipamentos e materiais escolares”. (Alunos do 8º ano)

Segundo Sposito (1998), um aluno é agredido e se converte em vítima quando está exposto, de forma repetida e durante certo tempo, às ações negativas exercidas por outro aluno. Estas ações negativas incluem condutas como: agressões verbais (insultos e ameaças), agressões físicas (golpes, socos, empurrões), danos materiais, exclusão da vítima do grupo de pares, ignorar a vítima, contar mentiras e levantar falsos rumores sobre ela. A Autora

constatou, ao analisar os processos grupais, que os grupos facilitam as condutas violentas por promover uma diminuição da responsabilidade individual e uma desinibição maior dos seus membros para assumir condutas violentas.

[...] Atualmente, muitos professores sentem-se impotentes e inseguros ao se depararem com problemas cada vez mais frequentes de indisciplina, de violência ou de conflitos, tais como físicas e verbais, furtos, insultos, desobediência às normas, bullying, entre outros. [...] alguns educadores sentem-se inseguros e desconhecem como poderiam intervir de forma construtiva [...] sentem-se despreparados para realizarem intervenções diferentes de conter, punir, acusar, censurar [...] acabam por educar moralmente agindo de maneira intuitiva e improvisada, pautando suas intervenções no senso comum. Sposito(1998)

A autora defende a ideia de que os professores para enfrentar a questão da violência na escola devem buscar formação continuada, através de cursos que possibilitem maior compreensão sobre a temática e ainda apontam que,

“[...] Os problemas ou desavenças, por serem naturais em qualquer relação, devem ser administrados, não sofridos. A angústia ou a insegurança leva o sujeito a resolvê-los rapidamente, de forma improvisada. [...] muitas vezes as intervenções são autoritárias e não raro desastrosas [...] compreendendo que os procedimentos que serão empregados, as situações promovidas ou as regras que serão elaboradas não devem apenas atuar sobre as consequências de um problema, mas sim sobre as causas. Uma resolução considerada eficaz em um conflito é aquela que minimiza ou elimina as causas que o gerou. [...] daí a importância de se estudar e refletir com profundidade sobre a relação e realização de um trabalho construtivo na escola para minimizar a violência, para melhoria das interações sociais e para um, maior favorecimento do desenvolvimento sócio-moral de suas crianças e jovens”(Sposito, 1998)

De um modo especial a intervenção em situações de conflito interpessoal não deve ser negada. Ela deve ser discutida e refletida por todos os participantes da comunidade escolar, de modo que haja a promoção do desenvolvimento da autonomia.

Sendo assim, a violência no âmbito das escolas públicas, pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, reflexivo e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos e desprovidos de preconceitos e discriminações.

4 PROJETO DE INTERVENÇÃO

4.1 INTRODUÇÃO

A questão da violência tem sido objeto para muitos estudos e pesquisas. Tornou-se conhecida pela sua complexidade e amplitude, não sendo uma realidade exclusiva do cotidiano das escolas, mais sim de toda uma comunidade. Para Sposito (1998), a violência é construída e operacionalizada no modelo societário em que vivemos, sobre condições existentes, influenciadas pelo modo como a sociedade está organizada. Portanto, é necessário “explicá-la a partir de um complexo circuito que se produz e reproduz em uma dada sociedade, a partir de condições específicas com maior ou menor intensidade”. Segundo a mesma autora, “o aprofundamento ou não da violência, é produto da prática social e coletiva dos homens, comporta pela correlação de forças e das lutas sociais coletivamente estabelecidas em determinado momento histórico” (Sposito, 1998). A violência no ambiente escolar se expressa de diferentes formas, desde a violência física até formas mais sutis como a violência simbólica, fenômeno que têm preocupado autoridades, professores, diretores, pais e os próprios alunos e a sociedade de modo geral. A violação dos direitos humanos vem acontecendo inclusive no ambiente escolar.

A violência possui uma fecundidade própria, ela se engendra a si mesma. É preciso então sempre analisá-la em rede, em entrelaçamento. Suas formas e aparências mais atroz e às vezes mais condenáveis frequentemente ocultam, entre outras situações de violência menos escandalosas, por encontrarem-se prolongadas no tempo e protegidas, pelas ideologias ou pelas instituições de aparência respeitável. (Costa e Gomes, 1999, p.159)

Percebe-se atualmente na sociedade, a urgência de uma educação inclusiva voltada para uma cultura de paz na escola, pois esta se constitui um dos principais espaços públicos de inserção do adolescente, tornando-se uma referência de conhecimento e valores nela propagados. Aos educadores cabe o enorme desafio de rastrear as cenas constitutivas da violência e os efeitos que são presenciados para que sejam identificados os dispositivos de poder inerentes a elas e para que sejam construídas estratégias de superação da violência com ações voltadas para uma cultura de paz. Mas essa paz da qual falamos, é construída a partir de sua associação com a justiça social, igualdade e solidariedade. Ampliando o olhar reflexivo para fora dos muros escolares, percebe-se a violência de forma mais complexa e invisibilizada nos índices de analfabetismo, fome e miséria da população. Vivemos um período de grandes

transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que interferem diretamente em nosso cotidiano. Nesse contexto, encontramos a violência social, que é formada por um conjunto complexo de fatos e causas.

De acordo com Guimarães (2003, p. 8):

A conjuntura sócio-econômica contemporânea tem gerado progressivamente, especialmente nos países periféricos, pobreza e exclusão social. Há concentração de riqueza, de poder e de conhecimento nas mãos de uma pequena elite, com a exclusão da grande massa populacional. A pobreza e a exclusão social geram medo e insegurança, favorecendo o aparecimento da violência. (Guimarães, 2003, p. 8)

Ao refletir sobre violência no meio escolar, há necessidade de levar em conta também as diferentes configurações e espaços familiares nos quais os alunos estão inseridos, pois:

É neste espaço familiar que as relações são bem demarcadas através da violência doméstica [...]. Os processos sociais de exclusão permeiam o cotidiano das pessoas, com o enfraquecimento de valores éticos, o desemprego, a cultura de levar vantagem em tudo, tendo como resultado a banalização da violência social, reproduzida no espaço familiar, que determina a falta de limites, o desrespeito e o desamor. (Türk, 2002, p. 20)

A escola deve ser configurada como um lugar de respeito e amor. Tanto os professores, alunos, diretores e demais funcionários devem ser considerados em sua subjetividade, sua história de vida, e seu contexto familiar.

Uma Educação para a Paz e Direitos Humanos pode transformar as relações de violência nas escolas através de ações voltadas para a formação de sujeitos de direitos; empoderamento da comunidade escolar e processos de mudança com o rompimento da cultura da violência, do silêncio e da impunidade (CANDAUI, 2000). No entanto, deve intrinsecamente estar acompanhada de políticas sociais estruturais que contemplem a demanda da família do aluno. Retira-se assim, a responsabilização total da escola por situações de violência em seu meio, por vezes abarcando uma violência de todo um sistema de uma sociedade global. Pois na visão de Guimarães (2006, p.161), “o discurso da educação para a paz sem positividade e sem afirmação, simples ato de defesa ou reação, sem vontade de potência e mero ressentimento, que não leva a sério a questão do poder, é responsável pela violência”(Guimarães, 2006.p.161). Há de se considerar que a função social do sistema educacional atual, no que diz respeito a valores, é contrária aos valores da paz, na medida em

que estimula a competitividade, a dependência, o individualismo, entre outros. Neste sentido, a escola classifica-se como um instrumento de violência a serviço de uma sociedade violenta.

Portanto, é necessário um trabalho sistematizado e organizado com continuidade para a comunidade escolar e a sociedade se beneficiarem de uma Educação voltada para a paz.

Segundo Galtung (1996), um dos grandes escritores e educadores para paz, diz que a violência estrutural está presente e interfere no trabalho do educador através de uma divisão de trabalho muito vertical que se expressa por uma comunicação unidirecional, fragmentação dos receptores da comunicação, o que impede o desenvolvimento de uma interação horizontal, um dos pressupostos para uma educação para paz. Além de poder levar os profissionais da educação a uma tensão emocional extrema, podendo apresentar sintomas como ansiedade, palpitação, nervosismo, depressão, insônia, típicos da síndrome do Burnout caracterizada pelo desinvestimento afetivo e perda do sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não importam mais e qualquer esforço lhe parece inútil.

O termo “Cultura de Paz” tem aparecido com frequência atualmente e refere-se, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1999), a um “conjunto de valores, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados em atitudes que envolvem os indivíduos, a sociedade de um modo geral e os países”. No lar, na escola e demais ambientes educativos frequentados por crianças e adolescentes há que se fomentar o respeito pela vida e promover a prática da não violência por meio do estímulo ao diálogo e a formação da consciência para uma compreensão por parte do jovem de que é muito mais vantajoso o entendimento do que a solução dos problemas por meios agressivos e violentos.

Precisamos educar para a valorização e o respeito a todo ser humano independente da sua condição social, da sua raça, do sexo, de suas crenças. A capacidade de olhar o outro com respeito e simpatia tem que fazer parte da reflexão e dos ensinamentos propostos constantemente a todos que estão em fase de desenvolvimento e amadurecimento. Criar sensibilidade para com os mais fracos, os mais necessitados, para com os que sofrem é um caminho importante para gerar bondade, misericórdia e sentimento de solidariedade no coração de uma criança.

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violentados conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança. A cultura de paz procura resolver os problemas

por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis.

A paz é uma prática cultural que precisa ser aprendida, cultivada. Não é algo pronto; é um contínuo aprender, fazer, refazer, um dos maiores desejos e desafios da grande maioria da humanidade. Entender a paz como construção cultural e como noção pedagógica leva-nos a superar certa compreensão abstrata e idealista, e coloca-a como uma ação que está ao nosso alcance.

4.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Considerando que atitudes de violência são compartilhadas diariamente no cotidiano escolar, percebe-se a necessidade de ações reflexivas junto aos educadores, a fim de promover novas possibilidades na atuação e compreensão sobre o tema. Dentre as atitudes de violência destacamos: a agressão física, verbal, simbólica (bullying) tão frequente nas escolas atualmente. Portanto, sendo a escola um dos ambientes formadores das atitudes morais é importante pensarmos sobre os modos de interação ali estabelecidos, a fim de compreendermos o que a violência escolar tem a nos revelar sobre as interações escolares na contemporaneidade. Diante disto, questionamos sobre: como o professor pode interagir em suas ações com os alunos de modo a possibilitar reflexões sobre a necessidade de se implantar uma cultura de paz na Escola Municipal Joaquim Alves de Góis na cidade de São Miguel do Aleixo – Se, deixando para trás os atos de violência.

4.3 JUSTIFICATIVA

Atualmente vivemos imersos num contexto diversificado de trocas interpessoais, dado a circulação facilitada na interação entre os indivíduos com acesso à internet e demais decorrências da globalização, o que possibilita que a construção de novas atitudes e valores seja compartilhada de modo rápido e, muitas vezes, sem a reflexão pelos alunos e professores.

A violência escolar pode ser fruto das novas interações estabelecidas e sendo assim, refletir sobre o tema é importante, pois a partir disto podemos conhecer como a sociedade está interagindo com os valores e atitudes morais na contemporaneidade.

Segundo Piaget (1994), em seus estudos, tem revelado que as atitudes muitas vezes concebidas como imorais ou de desrespeito, como é o caso da violência escolar, podem ser decorrentes das interações que estabelecemos hoje. O autor encontrou dois tipos de interações

na sociedade: de coação e cooperação, sendo que cada uma delas decorre de um tipo de formação moral. Por isso, sendo a escola um ambiente formador da moral precisa repensar sua atuação frente ao aluno e projetos como este poderão abrir novos caminhos de compreensão e atuação do professor na formação moral dos indivíduos.

4.4 OBJETIVO GERAL

Promover encontros de reflexão e conhecimento com os professores e alunos sobre o enfrentamento à violência na Escola Municipal Joaquim Alves de Góis na cidade de São Miguel do Aleixo – SE, e a implementação da cultura de paz.

4.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre a importância das interações cooperativas e de respeito na escola;
- Discutir sobre a cultura de paz da escola, seus valores e situações de violência no cotidiano escolar;
- Conhecer as experiências dos professores sobre as situações de violência;

4.6 METODOLOGIA

O presente projeto será desenvolvido na Escola Municipal Professor Joaquim Alves de Góis na cidade de São Miguel do Aleixo - SE de forma explanativa através de palestras, dramatizações, debates, textos, mensagens, filmes cujo tema será: “Semeando a paz na escola”. Além de uma passeata em prol da Paz com a participação de todo o corpo docente e discente, funcionários e comunidade, organizados em grupos de estudo para pensar e repensar as questões da violência na referida escola e o desenvolvimento de uma cultura de paz a fim de estarem continuamente engajados na luta contra o problema.

4.7 CRONOGRAMA

Considerando a relevância do projeto para a vida de toda a comunidade escolar propõe-se que seja executado a partir do mês de abril de 2016 até o mês de maio do mesmo ano. Outra sugestão é que os resultados alcançados quanto às diretrizes estabelecidas a partir

deste trabalho se façam atividades constantes na tentativa de não deixar que atitudes de violência ocorram na escola e que a paz possa reinar nesse lugar.

Segue abaixo um cronograma relatando as atividades que serão desenvolvidas no decorrer de todo o mês de abril de 2016 na Escola Municipal Joaquim Alves de Góis, no município de São Miguel do Aleixo- Se.

1º Encontro- Apresentações dos professores, alunos e funcionários da Escola. 2h Palestras sobre Bullying.
2º Encontro – Filme: Escritores da Liberdade. Reflexões sobre o filme. 2h
3º Encontro – 2 h -Discussões sobre as reflexões realizadas pelos professores/ alunos e troca de experiências pedagógicas para o enfrentamento à violência no cotidiano escolar.
4º Encontro –2h- Os diversos tipos de violência que enfrentamos e convivemos no ambiente escolar: síntese geral e avaliação dos encontros realizados.

4.8 RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

Para a realização do referido projeto na Escola Municipal Professor Joaquim Alves de Góis em São Miguel do Aleixo - Se, pretende-se usar os seguintes recursos: Papel A4, cartazes, xerox, fotos ilustrativas, TV, DVD, Caixa de som, máquina fotográfica, além da participação dos discentes, docentes, funcionários e a comunidade local.

4.9 AVALIAÇÃO

O processo de avaliação deve ter como referência a concepção de ensino que norteia a prática pedagógica, pois é importante ter clareza sobre o que é ensinado para definir depois o que avaliar. No desenvolvimento deste projeto a mudança de valores, a aceitação dos limites, a sensibilização dos alunos em relação a sua atitude, deles em sala de aula é o ponto fundamental dentro da avaliação deste projeto.

Na execução do projeto avaliar-se-á o desempenho e a participação individual do aluno, além de ser observado como o tema trabalhado foi apropriado por eles. Também será feita a avaliação de forma contínua considerando a aceitação, o desprendimento, o desempenho dos atores da comunidade escolar, bem como a mudança no comportamento de cada pessoa envolvida.

4.10 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que este trabalho motive a criação de novos horizontes na comunidade para estas discussões que contemplem a paz, enfatizando a não violência na garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

A partir das análises feitas com os questionários aplicados, podemos inferir que há uma receptividade em relação à proposta da pesquisa. Os professores, na sua grande maioria, entendem que é importante desenvolver discussões, estudar a temática, entender o fenômeno, bem como pensar coletivamente ações que possam ajudar a minimizar as situações de violência e promover uma cultura de paz na escola e conseqüentemente na comunidade. Identificamos que os professores estão sensibilizados a construir coletivamente ações para implementar a cultura de paz e de não violência nas relações interpessoais junto à comunidade escolar.

Assim, conseguiremos fortalecer a tentativa de conscientizar os atores sociais para que se tornem agentes multiplicadores de intervenções que venham a minimizar a violência.

Entendemos que, para conscientizar os professores no sentido de construir uma cultura de paz nas escolas é preciso trabalhar as suas concepções de mundo, as suas representações acerca das relações que estabelece, ou seja, a sua consciência política sobre os processos da sociedade. Por isso acreditamos que é importante ampliar a discussão sobre esse fenômeno, pois não basta apenas investigar o que pensam os professores, mas como pensam, qual o seu nível de pertencimento a esse grupo e a essa causa; só assim, acreditamos ser possível uma intervenção que faça a diferença nas suas conseqüências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade em geral almeja paz. Atualmente, pode-se afirmar que a necessidade de uma sociedade de paz é urgente. A urgência de uma nova sociedade demonstra que se vive em tempos de crises, tais como crises de valores, econômica, do uso da ética, da falta de paz e tantas outras que podem ser mencionadas e compõem o conjunto da urgência de uma nova cultura. Não mais cultura de violência, desigualdade e injustiça social, mas uma cultura de igualdade social, direitos humanos, solidariedade e tantas outras formas de construir a paz positiva em nossa casa, na escola, enfim, na comunidade.

A construção da Cultura de Paz apresenta-se como processo dinâmico que perpassa a história da humanidade. A necessidade de sua efetivação é manifestada em âmbito coletivo e individual, sendo assegurada institucionalmente por meio de documentos e declarações nacionais e internacionais. A Educação e a instituição escolar assumem, nesse contexto, essencial função junto à formação de indivíduos pacíficos e agentes de transformação social, contribuindo no processo de construção da paz em sua abrangência social e individual. A Educação para a Paz envolve, nesse sentido, a Educação sobre a Paz, contemplando os conteúdos coadunados aos seus objetivos, e a Educação em Paz, que abrange a construção de espaços pacíficos de desenvolvimento e aprendizagem.

A educação para a paz envolve aspectos relacionados à democracia, é requisito necessário para o exercício dos direitos humanos, para o pleno desenvolvimento da justiça social, e prevenção contra qualquer tipo ou expressão de violência. Tudo isso, através de um processo dinâmico que necessita de participação, de atitude positiva para com todos os seres, tomada de consciência da realidade e denúncia das injustiças. Outros aspectos significativos da educação voltada para uma cultura de paz, na perspectiva do enfrentamento da questão social e da exclusão, é a busca da inclusão social através do respeito às diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais inerentes a uma realidade múltipla e complexa que ultrapassa os muros da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELEZA, Flávia Tavares. **Estudar em Paz: Mediação de conflitos no contexto escolar.** Revista Participação. 2012
- BORAU, J. L. Vázquez. **Construtores de paz: educar para não violência ativa.** Madrid: São Paulo, 2005.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- CANDAU, Vera Maria. **Por uma cultura da paz.**Revista NuevamericaRio de Janeiro: Novamerica, n. 86, 2000.
- COSTA, Eloísa de Campos; GOMES, Carlos Minayo. **Superar a cultura da violência: um desafio para a escola.** São Paulo: Papirus,1999.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro à descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998.
- Diálogo e Mediação de conflitos nas Escolas.** Guia Prático para Educadores. Brasília, DF, 2014.Conselho Nacional do Ministério Público.
- DISKIN, L. **Paz, como se faz: semeando cultura da paz nas escolas.** Rio de Janeiro: Governo do Estado, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.
- Estatuto da Criança e do Adolescente:** 6ª edição revista e atualizada, Brasília 2009 – Editora do Senado Federal.
- FERNANDEZ, Isabel. **Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade.** São Paulo: Madras, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GUIMARÃES, Maria Eloísa (1992). “**Cotidiano escolar e violência**” in ZALUAR, A (org.) **Violência e Educação.** São Paulo, Livros do Tatu e Cortez Editora.
- GUIMARÃES, Maria Eloísa (1995). **Escola, galeras e narcotráfico.** Rio de Janeiro (Doutorado em Educação) PUC.
- GUIMARÃES, Marcelo. **Educação Para a Paz.** Caxias do Sul. EDUCS, 2006.
- JARES, X. **Cultura da Paz: sua teoria e sua prática.** Porto Alegre, Artmed, 2002.
- JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da Criança brasileira.** Século XX. Revista USP, São Paulo, 1998.

MILANI, Feizi. **Cultura de Paz x violências: papel edesafios da escola**. In: MILANI, Feizi. Masrour e JESUS, Rita de Cássia Dias (orgs.). **Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003, p.31-62

O Eca nas Escolas: **Perspectivas Interdisciplinares**. Luciana Calisse, Rosa maria Godoy Silveira (organizadoras). _ João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013. 4v. 218p.

ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. <www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm> 26/09/2015, 20:00hs.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Secretária Municipal de Educação. Escola Municipal prof. Joaquim Alves de Góis. São Miguel do Aleixo, Janeiro de 2014.

SILVA, Pedro N. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SILVA, Pedro N. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
TILLMAN, D. Atividades com Valores para Estudantes de 7 a 14 anos. **Programa Vivendo Valores na Educação**. Tradução Sandra Costa. São Paulo: Editora Confluência, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes (1994). “**A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**”. São Paulo, Revista Tempo Social, vol. 5 números 1-2, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP

SPOSITO, Marília Pontes. **A Instituição Escolar e a Violência**. São Paulo, IEA, USP. 1998.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas; 1997.

TÜRCK, Maria da Graça M. G. **Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. Porto Alegre: AMENCAR, 2002.

TUVILLA RAYO, J. **Educação em Direitos Humanos: rumo a uma perspectiva Global**. São Paulo, Artmed, 1998.

TUVILLA RAYO, José. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ANEXOS

CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe – UFS Centro Superior de Educação à distância – CESAD
Curso:	Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege)
CNPJ:	
Endereço:	Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” Jardim Rosa Elze s/nº, Departamental III, sala 01
Cidade/Estado:	São Cristóvão / SE

DADOS DO DISCENTE/PESQUISADOR			
Discente/pesquisador: Edilúcia de Jesus Santos			
Matrícula:		Tel/Cel: (79) 9 9951-1394	
Endereço: Rua José Almeida dos Santos, número 134			
Cidade: São Miguel do Aleixo		CEP: 49.535-000	
CPF: 046.637.105-57	RG: 3187474-2	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP	UF: SE
E-mail: eddy-js@hotmail.com			
Orientador: Prof ^ª . Dra. Alessandra Barbosa Bispo			
Telefone: (79) 9 9135-8833			
E-mail: ale.sandra_bispo@hotmail.com			

DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

PARA PESQUISAS REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:	
Escola: Municipal Professor Joaquin Alves de Góis	
Telefones: (79) 0000-0000	Código Inep: 28035097
Endereço: Avenida 26 de Novembro	
Cidade: São Miguel do Aleixo	CEP: 49.535-000
Diretor ou Coordenador responsável na escola: Josefa Barreto de Jesus Lima	
Telefones: (79) 9 9958-8419	
E-mail: josefa1817@hotmail.com	

CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe – UFS Centro Superior de Educação à distância - CESAD
Curso:	Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege)
CNPJ:	
Endereço:	Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” Jardim Rosa Elze s/nº, Departamental III, sala 01
Cidade/Estado:	São Cristóvão / SE

DADOS DO DISCENTE/PESQUISADOR			
Discente/pesquisador: Edleide Souza de Jesus Santos			
Matrícula:		Tel/Cel: (79) 9 98310093	
Endereço: Rua José Almeida dos Santos, número 134			
Cidade: São Miguel do Aleixo		CEP: 49.535-000	
CPF: 010.674.205-17	RG: 1.557.196	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP	UF: SE
E-mail: edleidesouza@hotmail.com			
Orientador: Profª. Dra. Alessandra Barbosa Bispo			
Telefone: (79) 9 9135-8833			
E-mail: ale.sandra_bispo@hotmail.com			

DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

PARA PESQUISAS REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:	
Escola: Municipal Professor Joaquin Alves de Góis	
Telefones: (79) 0000-0000	Código Inep: 28035097
Endereço: Avenida 26 de Novembro	
Cidade: São Miguel do Aleixo	CEP: 49.535-000

Diretor ou Coordenador responsável na escola: Josefa Barreto de Jesus Lima
Telefones: (79) 9 9958-8419
E-mail: josefa1817@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA – CESAD/UFS
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO
AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)



- 1- Formação: _____ Cargo: _____
- 2- Eu respeito os sentimentos dos alunos, mesmo acreditando que muitas vezes são questões triviais (Comum; medíocre)? sim não não sei
- 3- Eu encorajo os alunos a resolverem os seus próprios problemas ao invés de oferecer soluções prontas? sim não não sei
- 4- Este incentivo transmite cuidado e preocupação? sim não não sei
- 5- Quando estou em um conflito com um aluno, colega ou parente, eu o convido a me dar uma perspectiva sobre o caso, antes de julgá-lo? sim não não sei
- 6- Eu tento entender as razões por trás do comportamento das pessoas?
 sim não não sei
- 7- Eu sinto ou penso que sou um bom ouvinte? sim não não sei
- 8- A política da escola é sustentada pelos valores abaixo indicados?
- a) Respeito mútuo sim não não sei
- b) Confiança sim não não sei
- c) Tolerância sim não não sei
- d) Integridade sim não não sei
- e) Aceitação de pontos de vista e de opiniões diversas sim não não sei
- f) Valorização do outro sim não não sei
- g) Reconhecimento sim não não sei
- h) Encorajamento sim não não sei
- i) Escuta sim não não sei
- j) Aceitação de que erros acontecem e que aprendemos com eles. sim não não sei
- 9- Projeto Político Pedagógico da escola prevê programas, projetos ou atividades que visem à redução de violência, à solução alternativa de conflitos e à cultura da paz? sim não não sei .
- Em caso afirmativo, qual o nome do projeto/atividade _____
- 10- Entendendo cultura da paz por conjunto de valores baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos responda: qual o grau de comprometimento da direção, do corpo docente e dos funcionários nas ações voltadas à promoção da cultura da paz na escola?
- Direção Baixo Regular Alto
- Corpo docente Baixo Regular Alto
- Funcionários Baixo Regular Alto
- 11- A escola promove a participação dos alunos e professores em decisões do âmbito escolar? não sim.
- 12- A escola busca parceria com os alunos na solução de problemas e dificuldades apresentadas, estimulando o protagonismo discente? não sim.

- 13- A escola promove momentos de participação dos pais e familiares? não sim
- 14- Frente aos conflitos comuns ocorridos na escola, a comunidade escolar tem a preocupação de estabelecer uma dinâmica para mediá-los? não sim.
- 15- Quem media conflitos na escola?
 Direção corpo docente Funcionários Alunos Ninguém
- 16 Como a escola percebe a auto-estima do aluno? Boa Regular Baixa
- 17- Que tipos de violências já foram detectadas na escola?
- a) Ações contra pessoas:
- Violência corporal entre alunos.
 Violência verbal entre alunos.
 Bullying (aluno-aluno; professor-professor, etc.).
 Porte de arma de fogo.
 Porte de arma branca (estilete, canivete, faca).
 Violência ao corpo docente e demais funcionários.
 Ameaças de gangues.
- b) Uso e tráfico de entorpecentes:
- Uso de álcool.
 Uso de drogas.
 Tráfico de drogas.
- c) Violência sexual:
- Desrespeito verbal com intenção sexual/assédio.
 desrespeito corporal com intenção sexual.
 Estupro.
 Prostituição/Exploração sexual.
- d) Ações contra o patrimônio público:
- Depredações.
 Pichações.
 Sabotagem (rede elétrica, água, etc.).
 Quebra de móveis, equipamentos, materiais.
 Furto de móveis, equipamentos, materiais.
- 18- Em sua opinião qual a origem da/s violência/s manifestada/s na escola?
 escola família sociedade outra: _____
- 19- Você considera a escola segura? sim não parcialmente
- 20- Há controle do acesso dos alunos à escola? sim não
- 21- Em caso positivo como se dá o controle do acesso dos alunos à escola?
 uniforme escolar carteira estudantil outros: _____
- 22- Há controle do acesso de pessoas da comunidade, prestadores de serviço e demais pessoas à escola? sim não
- 23- A escola possui algum sistema de segurança (alarme, vigia, cadeado, câmera de vídeo, outros)? sim não Quais: _____
- 24- No caso de recursos humanos (vigia, porteiro, etc.) os mesmos estão preparados para atender as necessidades de segurança? sim não

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA – CESAD/UFES

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE

ESCOLAR

(ESCOLA QUE PROTEGE)

- 1- Cargo: _____
- 2- Grau de escolaridade: _____
- 3- Eu respeito os sentimentos dos outros, mesmo acreditando que muitas vezes são questões triviais (Comum; medíocre)? () sim () não () não sei
- 4- Eu tento entender as razões por trás do comportamento das pessoas.
() sim () não () não sei
- 5- Eu sinto ou penso que sou um bom ouvinte? () sim () não () não sei
- 6- A escola promove a participação dos alunos em decisões do âmbito escolar?
() não () sim.
- 7- A escola promove a participação dos alunos no âmbito escolar?
() não () sim.
- 8- A escola busca parceria com os alunos na solução de problemas e dificuldades apresentadas, estimulando o protagonismo do aluno?
() não () sim.
- 9- A escola promove momentos de participação dos pais e familiares?
() não () sim.
- 10- Que tipos de violências já foram detectadas na escola?
 - a) Ações contra pessoas
 - () Violência corporal entre alunos
 - () Violência verbal entre alunos
 - () Bullying (aluno-aluno; professor-professor, etc.)
 - () Porte de arma de fogo
 - () porte de arma branca (estilete, canivete, faca)
 - () Violência ao corpo docente e demais funcionários
 - () Ameaças de gangues
 - b) Uso e tráfico de entorpecentes;
 - () Uso de álcool
 - () Uso de drogas
 - () Tráfico de drogas
 - c) Violência sexual:
 - () Desrespeito verbal com intenção sexual/assédio
 - () desrespeito corporal com intenção sexual
 - () Estupro
 - () Prostituição/Exploração sexual
 - d) Ações contra o patrimônio público:
 - () Depredações

- Pichações
- Sabotagem (rede elétrica, água, etc.)
- Quebra de móveis, equipamentos, materiais
- Furto de móveis, equipamentos, materiais

11- Como você se sentiu esse mês?

- a) Na escola: seguro não muito seguro inseguro muito inseguro
- b) Nos arredores da escola: seguro não muito seguro inseguro muito inseguro

12- Esse mês:

- a) Mexeram comigo e ou me intimidaram?
 nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- b) Fui xingado e/ou ameaçado?
 nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- c) Fiquei com medo de certos alunos?
 nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- d) Algo meu foi roubado?
 nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- e) Eu estive envolvido em briga e ou violência física?
 nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo

13- Você considera a escola segura? sim não parcialmente

14- Há controle do acesso dos alunos à escola? sim não

15- Em caso positivo como se dá o controle do acesso dos alunos à escola?

uniforme escolar carteira estudantil outros: _____


16- Há controle do acesso de pessoas da comunidade, prestadores de serviço e demais pessoas à escola?

sim não

17- A escola possui algum sistema de segurança (alarme, vigia, cadeado, câmera de vídeo, outros)? sim não Quais: _____

No caso de recursos humanos (vigia, porteiro, etc.) os mesmos estão preparados para

atender as necessidades de segurança? sim não



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA – CESAD/UFS
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

18- Idade: _____

19- Ano/turma: _____

20- Eu respeito os sentimentos dos outros, mesmo acreditando que muitas vezes são questões triviais (Comum; medíocre)? () sim () não () não sei

21- Eu tento entender as razões por trás do comportamento das pessoas.

() sim () não () não sei

22- Eu sinto ou penso que sou um bom ouvinte? () sim () não () não sei

23- A escola promove a participação dos alunos em decisões do âmbito escolar?

() não () sim.

24- A escola promove a participação dos alunos no âmbito escolar?

() não () sim.

25- A escola busca parceria com os alunos na solução de problemas e dificuldades apresentadas, estimulando o protagonismo do aluno?

() não () sim.

26- A escola promove momentos de participação dos pais e familiares?

() não () sim.

27- Que tipos de violências já foram detectadas na escola?

e) Ações contra pessoas

() Violência corporal entre alunos

() Violência verbal entre alunos

() Bullying (aluno-aluno; professor-professor, etc.)

() Porte de arma de fogo

() porte de arma branca (estilete, canivete, faca)

() Violência ao corpo docente e demais funcionários

() Ameaças de gangues

f) Uso e tráfico de entorpecentes;

() Uso de álcool

() Uso de drogas

- Tráfico de drogas
- g) Violência sexual:
- Desrespeito verbal com intenção sexual/assédio
- desrespeito corporal com intenção sexual
- Estupro
- Prostituição/Exploração sexual
- h) Ações contra o patrimônio público:
- Depredações
- Pichações
- Sabotagem (rede elétrica, água, etc.)
- Quebra de móveis, equipamentos, materiais
- Furto de móveis, equipamentos, materiais
- 28- Como você se sentiu esse mês?
- c) Na escola: seguro não muito seguro inseguro muito inseguro
- d) Nos arredores da escola: seguro não muito seguro inseguro muito inseguro
- 29- Esse mês:
- f) Mexeram comigo e ou me intimidaram?
- nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- g) Fui xingado e/ou ameaçado?
- nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- h) Fiquei com medo de certos alunos?
- nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- i) Algo meu foi roubado?
- nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- j) Eu estive envolvido em briga e ou violência física?
- nunca algumas vezes muitas vezes o tempo todo
- 30- Você considera a escola segura? sim não parcialmente
- 31- Há controle do acesso dos alunos à escola? sim não
- 32- Em caso positivo como se dá o controle do acesso dos alunos à escola?
- uniforme escolar carteira estudantil outros: _____
- 33- Há controle do acesso de pessoas da comunidade, prestadores de serviço e demais pessoas à escola?
- sim não

34- A escola possui algum sistema de segurança (alarme, vigia, cadeado, câmera de vídeo, outros)? sim não Quais: _____

No caso de recursos humanos (vigia, porteiro, etc.) os mesmos estão preparados para atender as necessidades de segurança? sim não